

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL - INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÕES

Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz - bibliotecária CRB 10º/473

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar uma Base de dados em disco ótico do Sistema de Legislação Ambiental do Município de Porto Alegre elaborada pela Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

O sistema não só possibilita o acesso ao texto legal na íntegra, mas também o armazenamento e recuperação das informações de cada dispositivo, visando contribuir para que todos tenham acesso ao regramento legal exigido com vista a ampliar a eficácia dos mesmos, assim como permitir sua utilização às novas exigências de gestão ambiental urbana. As informações contidas irão orientar possíveis tomadas de decisões (capítulo 40 Agenda 21) feitas pelos Governos e pela sociedade civil organizada.

Palavras-chave

Legislação ambiental. Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

Porto Alegre vem sendo considerada como uma das capitais de melhor qualidade de vida no Brasil, e também reconhecida, como a Cidade das Árvores.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), criada em 21 dezembro de 1976, empreende esforços para a gestão ambiental da cidade, integrando ações que tem interface, fazendo o controle de poluições, conservando recursos naturais, bem como licenciando novos empreendimentos que resultam em impacto sobre o ambiente.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), órgão central do sistema de gestão ambiental do Município, também tem a competência de fazer a manutenção e conservação de parques, praças e orla do Guaíba, bem como a promoção e implantação de espaços verdes urbanos, segundo as diretrizes do planejamento geral do Município.

Para a Biblioteca Jorn. Roberto Eduardo Xavier, órgão subordinado ao Centro de Educação e Informação Ambiental (CEIA), a gestão ambiental traduz-se em acompanhar os avanços na área em que atua, facilitando o acesso a informação nos mais variados segmentos sociais e estabelecendo mecanismos de educação, informação e divulgação à comunidade.

A história da biblioteca confunde-se com a própria história da Secretaria a qual foi criada a 23 anos com acervo de 500 títulos e hoje possui 10.000 títulos de materiais bibliográficos e especiais etc, além de 300 títulos de periódicos; constituindo-se numa referência não só local, mas também regional e nacional em sua especialidade, isto é, Ciências Ambientais.

Os instrumentos legais têm se tornado um dos pontos de relevância de consulta e pesquisa, pelo seu volume e importância, fato gerador da escolha de um suporte que facilitasse o controle e o tratamento dessas informações legislativas.

O levantamento de pesquisa, resgatou todos os atos legais publicados desde o início do século até o presente ano com o objetivo de implantar o Sistema de Legislação Ambiental do Município de Porto Alegre.

O presente trabalho visa atingir um público alvo de: pesquisadores, empresários, consultores, políticos, professores, estudantes e cidadãos em geral, contribuindo assim

com uma nova ferramenta para tomada de decisão, exercício da cidadania, programas de gestão e educação ambiental.

2 SISTEMA DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Constitui-se o “Sistema de Legislação Ambiental do Município de Porto Alegre” o conjunto global dos atos normativos publicados ao longo do tempo em fontes oficiais como o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, o Diário Oficial de Porto Alegre e o Diário Oficial da União, pertinentes a área de abrangência da SMAM.

2.1 Objetivos

- a) Dotar a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de um instrumento que propicie a reunião de toda a documentação ambiental legislativa existente;
- b) Democratizar a informação legislativa, propiciando à população acesso ao conhecimento disponível na legislação ambiental;
- c) Acelerar a circulação dos documentos, aprimorando a disseminação da informação;
- d) Incrementar e melhorar o conjunto de atos legais quanto a qualidade dos serviços prestados;
- e) Oferecer aos usuários a condição necessária de acesso à informação completa, isto é, texto integral e análise dos atos legais;
- f) Preservar técnica e historicamente a documentação publicada;
- g) Criar condições para que, estudando e analisando a legislação ambiental existente, facilite criar novos dispositivos de acordo com o contexto atual.

2.2 Registro de informações

Considerando que o armazenamento do conjunto de informações legislativas numa base de dados em disco ótico, facilitaria o acesso na íntegra dos textos legais, optou-se pelo ORBE - Sistema de Legislação, versão customizável desenvolvida pela empresa Control – Informação e Documentação.

2.3 Implantação do Sistema

A implantação do Sistema compreendeu as seguintes etapas:

- a) levantamento e seleção na Base de Dados de Legislação existente na Biblioteca da SMAM, quanto ao tipo do ato, relação direta ou indireta dos assuntos tratados no âmbito da SMAM, relevância, período, âmbito (federal, estadual e municipal);
- b) consulta à Biblioteca da Câmara Municipal dos Vereadores de Porto Alegre e ao Sistema de Referência da Legislação Municipal (SIREL) da Biblioteca da Procuradoria Geral do Município, quanto a verificação de alterações, revogações etc.;
- c) acesso a bases de dados jurídicas via Web, a fim de capturar os textos delimitados previamente através de fontes impressas:
 - Sistema de Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN
 - Sistema Integrado de Legislação e Informação Legislativa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
 - Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
- d) entrevista realizada com o corpo técnico-científico e com a equipe de fiscalização da SMAM, bem com os assessores jurídicos, objetivando buscar a aplicabilidade dos atos no dia-a-dia (ocorrências, pareceres contidos em processos etc.);
- e) preparação dos documentos originais quanto a sua legibilidade, com a finalidade de digitalização.

2.4 Conteúdo do ORBE

O CD-ROM Orbe reúne os atos legais ambientais (leis-complementares, leis, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções, etc.) do Município de Porto Alegre

publicados até julho de 2001, bem como aqueles relevantes em níveis Estadual e Federal publicados até dezembro de 2000, onde são destacados:

a) âmbito municipal:

→ Lei Orgânica do Município de Porto Alegre

→ Código de Posturas

→ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)

→ Código Municipal de Limpeza Urbana

→ Código Municipal de Saúde

→ Legislação referente a extração de substâncias minerais, licenciamento ambiental, Plano de Avaliação do Impacto Ambiental, controle da poluição hídrica, emissão de poluentes atmosféricos, padrão de emissão e imissão de ruídos e vibração, uso do mobiliário urbano e veículos publicitários, manejo de resíduos sólidos, proteção da flora e fauna, porte e grau de poluição das estações rádio-base e de telefonia celular

b) âmbito estadual:

→ Constituição do Estado do Rio Grande do Sul

→ Código Florestal do Rio Grande do Sul

→ Código Estadual do Meio Ambiente

→ Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA)

c) âmbito federal:

→ Constituição Federal

→ Código Florestal

→ Política Nacional do Meio Ambiente

→ Lei de Crimes Ambientais

→ Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Gráfico 1

Publicação de atos

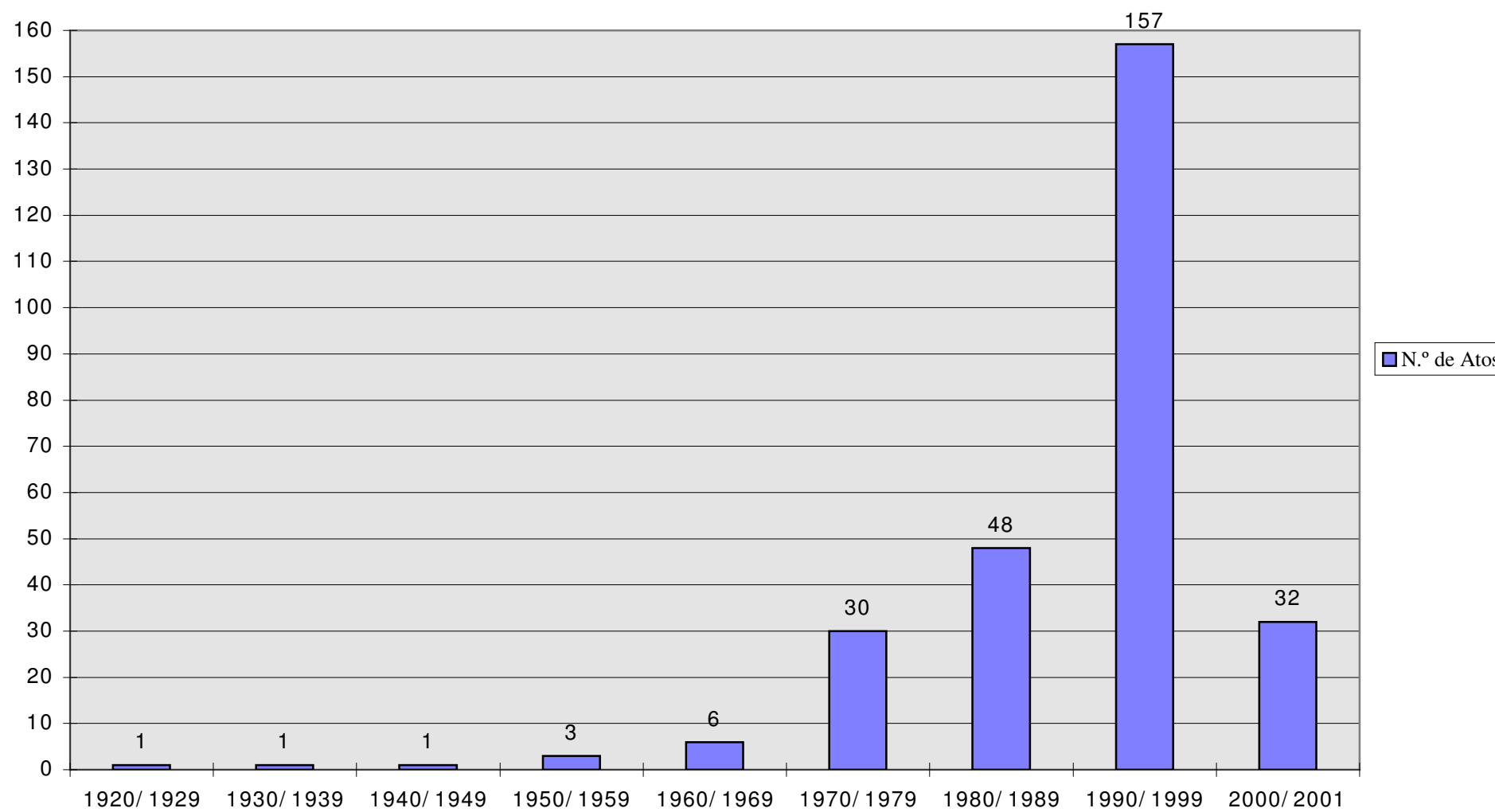
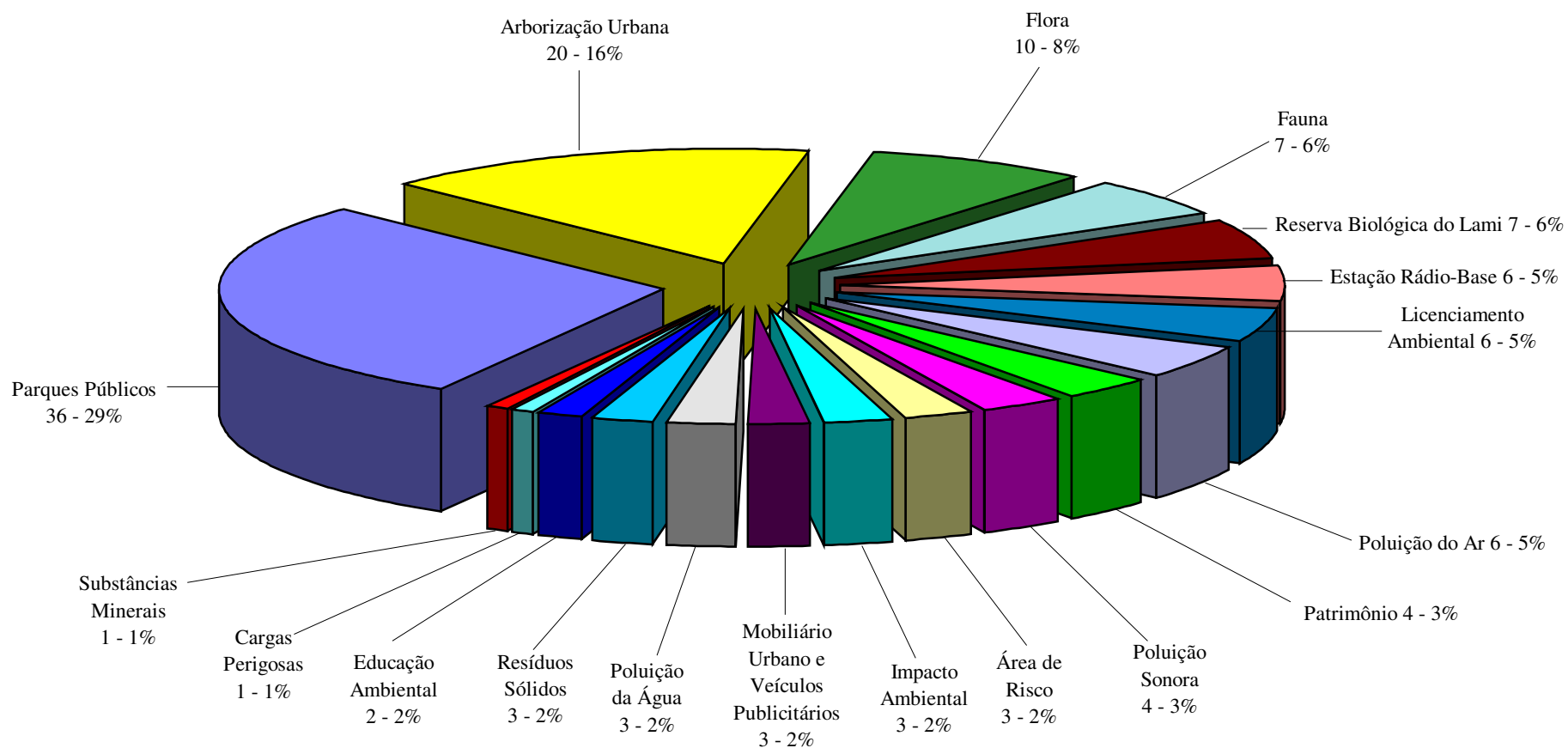


Gráfico 2 FIGURA 1 - Publicação de atos (desde a década de 20) por assuntos principais



2.5 Estrutura do ORBE

Apresenta o inteiro teor das legislações, com "link" para alterações, citações e revogações onde alguns dispositivos já apresentam os textos consolidados. Os atos consolidados, isto é, já com modificações (alterações, acréscimo, etc.) no próprio texto, estão identificados com cabeçalho CONSOLIDADO, assim como aqueles diplomas legais revogados, trazem a palavra REVOGADO.

Tendo em vista que o presente trabalho gerou grande volume de legislações, não são apresentados o inteiro teor de alguns textos.

Tabela nº 1 - Disponibilização do inteiro teor dos textos dos atos legais

Âmbito	Disponível	Não disponível
Federal	95	77
Estadual	21	08
Municipal	231	52
TOTAL	347	137

2.6 Recursos

A interface gráfica do Orbe torna a operação muito simples para pesquisa e recuperação de registros, visualização da legislação na íntegra e impressão de relatórios.

Apresenta barra de ferramentas com as opções mais utilizadas. (ver anexo 1)
Permite a pesquisa pelo tipo de ato normativo, número, ementa, âmbito, data de homologação, órgão emissor, fonte e palavras-chave, com possibilidade de combinação de uma ou mais expressões através da utilização de operadores lógicos E, OU e NÃO.

Apresenta um índice auxiliar com todas as expressões de busca indexadas para auxiliar na pesquisa.

Armazena o histórico das pesquisas realizadas enquanto o Orbe estiver ativo.

Permite impressão e salvamento do levantamento bibliográfico e do inteiro teor das legislações de uma pesquisa.

Possibilita o acesso simultâneo em ambiente de rede (multiusuário).

2.7 Atualização

Pretende-se manter uma periodicidade trimestral com atualização do sistema, incluindo alterações e inclusões surgidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto deste trabalho, fruto de empenho relativamente longo foi realizado com recursos do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre.

O Sistema de Legislação Ambiental representa uma iniciativa que visa num futuro próximo disponibilizar o inteiro teor da legislação ambiental via Internet e também facilitar a edição de publicações e/ou coletâneas impressas, o que propiciará um acesso ainda maior aos cidadãos e cidadãs, com vistas a garantir um desenvolvimento sustentável às gerações futuras.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266p.

ATLAS ambiental de Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. 228p.

BERGMANN, Arita; ALMEIDA, Leila M. de (Org.). **Meio ambiente na administração municipal**. [Porto Alegre]: FAMURS, 1977. 76p.

BRASIL. Senado Federal. **Legislação do meio ambiente**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 1998. 2v.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale (Coord.). **Thesaurus de meio ambiente**. Brasília: IBAMA/Centro Nacional de Informação Ambiental, 1996. 444p.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **R. Esc. Bibliotecon.**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.221-241, set.1985.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 585p.

CURITIBA. **Coletânea de legislação ambiental de Curitiba**. Curitiba: SMMA, 1998. 418p.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Dicionário de Direito Ambiental**: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. 509 p.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Dicionário de Direito Ambiental**: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, [1999?]. 1 CD-ROM.

MACHADO, Paulo Affonso L. **Direito Ambiental Brasileiro**: revista, atualizada e ampliada de acordo com as leis ns. 9.433/97 e 9.605/98. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 1998. 894p.

MATO GROSSO. **Legislação ambiental do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: FEMA, 1998. 1 CD-ROM.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992. 191p.

NAIDITCH, S., et al. Trilegal: são dias gaúchos o Grêmio é finalista, a GM investe e Porto Alegre se sagra a melhor cidade do país para você viver. **Exame**, São Paulo, v.30, n.26, p.104-128, dez.1996.

PARANÁ. **Coletânea de legislação ambiental**. 2.ed. Curitiba: IAP/GTZ, 1996. n.p.

RIO DE JANEIRO (Município). **Meio Ambiente**: legislação. 5.ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: SMA. Superintendência de Documentação. Coordenação Biblioteconômica, 1998. 798p.

SANCHOTENE, Maria do Carmo C. (Coord.). **Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas**. Porto Alegre: SMAM, 2000. 204p.

AGRADECIMENTOS

Joel Oliveira Lisboa - funcionário da Equipe de Bibliotecas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Lucas de Araújo Motta
Estagiário de Biblioteconomia

Marlova Finger
Ex-Secretária Municipal do Meio Ambiente - gestão 2000 (in memorian)

Eliana Menegat
Coordenadora do Centro de Educação e Informação Ambiental

Jerry G. Heim - CRB 10º/1058
Bibliotecário da Câmara Municipal de Porto Alegre

Marcelo de S. Silva - CRB 10º/1091
Bibliotecário da Câmara Municipal de Porto Alegre

Fernando Telles de Paula - CRB 10º/1091
Bibliotecário da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre

Voltaire Cerqueira Michelle
Assistente Administrativo da Procuradoria Geral do Município, encarregado do Sistema de Referência da Legislação Municipal (SIREL)

Quadro técnico-científico da SMAM

ANEXO 1



Pesquisar por: 8267

Resultados da Pesquisa

△ Ato	Número	Âmbito	Ano
Lei	8267	Municipal, Porto Alegre, RS	1998



Dados cadastrais

Lei 8267 de 29 dezembro 1998

Órgão: Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Âmbito: Municipal - Porto Alegre - RS
Fonte: DOPOA 6 abril 1999, p. 3, Republicação
Palavras-chave: Licenciamento ambiental
Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências
Notas:

Referência Legislativa

Dispositivo Legal	Código
Cita Lei complementar 12 de 7 de janeiro de 1975	367
Altera artigo 2º da Lei 4235 de 21 de dezembro de 1976	375
Cita Resolução 237 de 19 de dezembro de 1997	1953
Regulamentada pelo Decreto 12366 de 9 de junho de 1999	2578
Alterada pela Lei 8386 de 12 de novembro de 1999	2673

Inteiro Teor

REPUBLICAÇÃO

LEI Nº 8.267, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental e dá outras providências.

618 reg.

Atualizado em 01/06/01

1 item encontrado



Meus documentos

Microsoft Word - Legislaçã...

Legislação Ambiental

16:00